

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 1º / Dez



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1870 | 2017



Vitória: Comissão da Câmara aprova piso salarial nacional dos vigilantes



Dirigentes da CNTV e do SINDESV-DF juntos com parlamentares na votação do Piso Nacional

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara aprovou, por unanimidade, nesta quarta-feira (29/11), o Projeto de Lei (7042/2017) que assegura o piso salarial nacional dos vigilantes. A proposta de autoria dos deputados petistas Nelson Pellegrino e Erika Kokay, fixa o piso salarial da categoria em R\$ 3 mil.

“Essa é uma vitória do Sindicato dos Vigilantes do DF e da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, que esteve presente com vários dirigentes do Brasil, acompanhando esta votação. Sem a participação ativa da categoria nesse processo, nós não teríamos mais essa conquista no dia de hoje”, comemorou Kokay, ao afirmar que a aprovação do PL faz justiça

com os vigilantes de todo o Brasil.

Segundo Erika, o piso nacional da categoria é absolutamente fundamental. “Como podemos ter um vigilante atuando em Brasília com um salário e outro atuando no Nordeste com salários diferentes, sendo que as vezes são contratados pelo mesmo empregador”, questionou a parlamentar.

Para o diretor da CNTV e também presidente do Sindicato dos Vigilantes de Pernambuco, José Inácio Cassiano de Souza, a forte mobilização da categoria e a presença dos dirigentes nesta sessão foi fundamental. “Quando me disseram que o projeto tinha sido retirado de pauta duas vezes, por parlamentares de Pernambuco, larguei tudo e corri para cá para ajudar na

mobilização para aprovação deste projeto tão importante para todos nós vigilantes”, disse Souza.

De acordo com a proposta, vigilante é o empregado contratado para a execução das atividades de vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos públicos ou privados; segurança privada de pessoas físicas; estabelecimentos comerciais, industriais, de

prestação de serviços e residenciais; atividades sem fins lucrativos e órgãos e empresas públicas; transporte de valores ou garantia do transporte de qualquer outro tipo de carga.

O projeto está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, e agora segue direto para a Comissão de Constituição e Justiça. Uma vez aprovado, a matéria vai ao Senado.

Fonte: Erika Kokay e CNTV

ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA PODE SER VOTADO NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA



Dirigentes da CNTV acompanham votação do Estatuto de Segurança Privada junto com Senador Paim

O projeto do Estatuto de Segurança Privada, foi retirado da pauta do Senado Federal, após forte pressão da Febraran e outras entidades que insistem em atrapalhar a valorização da atividade de segurança privada.

A CNTV através de seus dirigentes esteve acompanhando pessoalmente as articulações para que o projeto fosse aprovado, houve este impedimento, mas saímos de lá com o compromisso dos senadores de que o mesmo estará na pauta do dia 05/12, próxima terça-feira.

Sendo aprovado, o Estatuto da Segurança Privada, seguirá para sanção presidencial para

virar lei.

“Espero que, efetivamente, o projeto que estabelece o Estatuto seja aprovado na terça-feira. É uma matéria de suma importância para todos os vigilantes do Brasil”, afirmou o deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante (PT-DF).

O SCD 6/2016 atualiza a legislação que data há quase 35 anos trazendo valorização à profissão de vigilância privada. A Lei vai legitimar e regularizar a atuação dos vigilantes em diversas áreas de trabalho gerando mais empregos para a categoria.

Fonte: CNTV

Negociação do sindicato deu resultado: vigilantes da DPU e Eletrosul receberam

Pagamento das rescisões foi direto na conta dos trabalhadores



O A direção do sindicato tem agido para que, nos casos onde os trabalhadores ficaram sem receber seus direitos da rescisão contratual, o dinheiro seja repassado pelo contratante diretamente para os vigilantes, após o bloqueio das faturas, a fim de garantir que recebam o mais rapidamente possível.

Foi o que acabou de acontecer com os vigilantes da Defensoria Pública da União que tiveram o contrato rescindido quando a Código abandonou o posto em julho. O sindicato pediu o bloqueio das faturas e negociou com a DPU, solicitando o pagamento direto na conta dos trabalhadores.

Nesta terça-feira (28), a diretora Mariza Abrão foi informada pela DPU de que todos os vigilantes receberam as verbas rescisórias. Além disso, 11 dos 13 vigilantes que trabalhavam no posto para a Código permaneceram trabalhando na instituição, pela Vigitec.

Grande esforço

“Foi um grande esforço da nossa diretoria e do dr. Maurício Vieira da Silva (advogado), dos representantes da DPU, Eliane Zabiela e Mateus Arsand, que negociaram para que fosse feito o pagamento direto das verbas rescisórias”, disse Mariza.

“A gente faz o que pode, nem sempre é tão rápido como gostaríamos, mas temos tido bons resultados nessas negociações, porque se o caso vai para a Justiça a solução demora mais e ainda tem os encargos a serem pagos, enquanto desta forma o vigilante recebe o valor integral e de forma mais rápida”, completou a diretora.

Laboral/Eletrosul

Conforme o sindicato havia anunciado, também os vigilantes da Eletrosul receberam, segunda-feira, diretamente da empresa os valores relativos a 68% da rescisão com a Laboral (Zorya), ficando o restante na dependência da liberação do seguro feito pela empresa.

Depois de muitos atrasos de salários, a Eletrosul rompeu contrato com a Laboral e, com a negociação do sindicato, concordou em pagar diretamente as rescisões dos trabalhadores com o dinheiro das faturas bloqueadas.

Fonte: Sindvigilantes do Sul

Grupo armado ataca carro forte na cidade de Paulista, no Sertão da PB

Ataque ocorreu na PB-293 na manhã desta quarta-feira (29); carro forte foi destruído.



Quadrilha explode (mais uma vez) dois carros-fortes em Marabá

Um carro forte de uma empresa transportadora de valores foi atacado na manhã desta quarta-feira (29), na cidade de Paulista, no Sertão paraibano. O veículo pegou fogo após o ataque e houve troca de tiros entre os suspeitos e vigilantes que faziam o transporte. De acordo com informações divulgadas pela Polícia Civil, o ataque ocorreu na entrada da cidade, na PB-293. Um grupo com cerca de dez homens em dois carros bloqueou a passagem do carro forte.

Depois do ataque, o carro forte foi destruído pelo fogo. O incêndio foi controlado por uma equipe da prefeitura de Paulista, com auxílio de um carro pipa.

Ainda de acordo com a Polícia Civil, nenhum suspeito foi preso. Os moradores da cidade ficaram assustados com o intenso confronto entre os suspeitos e seguranças.

Fonte: G1 PB

Quadrilha explode (mais uma vez) dois carros-fortes em Marabá



Uma quadrilha especializada em roubos a transportadoras de valores atacou dois carros-fortes da empresa Prosegur no início da tarde desta quinta-feira (30), em um trecho da BR-155, próximo a Vila Sororó, entre as cidades de Marabá e Eldorado dos Carajás. Um funcionário da empresa ficou ferido e uma grande quantia – ainda não revelada – de dinheiro foi levada pelos assaltantes. Este é mais um ataque deste tipo de crime em Marabá. Em setembro do ano passado, uma quadrilha chegou a explodir a sede da mesma empresa na cidade.

De acordo com as primeiras informações levantadas pela Polícia Militar ao chegar no local, os bandidos estavam seguindo os carros-fortes divididos em três veículos. Em determinado ponto, fortemente armados, eles interceptaram os carros da transportadora e abriram fogo. Houve rajadas de metralhadora e, segundo testemunhas, até mesmo explosão no interior dos veículos.

Utilizando de uma estratégia que já está se tornando convencional em todo o Brasil, na fuga a quadrilha ateou fogo em um dos carros utilizados no crime para bloquear a passagem da polícia.

A Polícia Militar informou que está empenhada nas buscas pela quadrilha, mas que até o momento não conseguiu prender ninguém.

FALA CNTV

Ataques a carros-fortes já são triste rotina

Conforme já havíamos falado, os ataques aos carros-fortes já são rotina. Grupos fortemente armados atacam trabalhadores vigilantes de transporte de valores a qualquer dia, horário ou rota de trabalho.

Antigamente, os trabalhadores ainda conseguiam dizer que esta ou aquela rota era a mais perigosa ou que trabalhar em certo horário trazia mais riscos, agora, qualquer um pode ser a próxima vítima.

Para o Secretário de Assuntos de Transporte de Valores da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, José Cicero Ferreira, enquanto as autoridades não tomarem providências verdadeiramente eficazes para conter esta prática que tem crescido a cada dia mais, a tendência será só de piorar. “Nosso receio é que pouco se tem feito para conter este tipo de crime e com a proximidade das festas natalinas, os ataques podem ser mais frequentes ainda. Hoje, temos recebido com alívio, a informação de que os nossos companheiros vigilantes de transporte de valores, conseguiram terminar o seu dia e voltado para casa com vida”, finalizou Ferreira

Audiência cobra dos bancos cumprimento da lei de vigilância armada nas agências bancárias no MA



Audiência pública proposta e coordenada pelo deputado Zé Inácio (PT) debateu, na tarde desta terça-feira (28), no Plenarinho, sobre o descumprimento da Lei Estadual nº 10.605, de 28 de junho de 2017. A referida lei dispõe sobre a contratação de vigilância armada para atuar 24h nas agências bancárias públicas e privadas, inclusive em finais de semana e feriados.

Segundo Zé Inácio, o objetivo da audiência pública foi debater o descumprimento da lei e abrir um canal de diálogo com todos os envolvidos na aplicação desse dispositivo legal de fundamental importância para a garantia da segurança do consumidor. “A questão de assegurar a segurança do consumidor é de fundamental importância. A vida é muito mais importante do que o numerário. Isso é que os bancos precisam entender”, advertiu o parlamentar.

POSIÇÃO DO BANCOS

Os bancos alegaram em suas manifestações, para o descumprimento da lei, a falta de orientações mais seguras da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e que o sistema de monitoramento eletrônico já instalado nas agências é mais do que suficiente. “Será que colocar um vigilante armado dentro de uma agência vai, realmente, garantir a segurança do consumidor”, indagou Gilberto Pires.

“É preciso que se entenda que as instituições financeiras são parceiras da sociedade. Os bancos estão, sim, muito preocupados com a segurança dos consumidores. Admito que há sim uma certa relutância no atendimento da lei. Mas isso se deve a necessidade de debatermos mais sobre a aplicação da lei”, argumentou Aluizio Mazarolho.

POSIÇÃO DOS TRABALHADORES

De acordo com Daniel Pavão, Vice- Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Maranhão e diretor da CNTV, lei é para ser cumprida e é preciso que medidas jurídicas sejam tomadas no sentido de obrigar os bancos a cumprirem a lei. “Que país é esse em que não se cumpre as leis e fica por isso mesmo. Essa é uma lei justa e necessária não somente porque cria emprego para os vigilantes, mas principalmente porque garante segurança para o consumidor”, salientou.

O Sindicatos dos Bancários do Maranhão (SEEB/MA) em conjunto com o Sindicato dos Vigilantes do Maranhão (SINDIVIG-MA) entrarão com uma representação na Justiça exigindo o cumprimento da lei que garante a vigilância armada nos estabelecimentos bancários.

“Esta lei precisa ser cumprida. Nossa categoria se sente amedrontada quando se dirige a uma agência bancária. A presença de uma vigilante armado dentro das agências inspira confiança. Não podemos esquecer que só existe banco se existir cliente”, afirmou Graça Amorim, dirigente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Maranhão (FETRAF).

POSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO PROCON

Em sua intervenção, a promotora Lítia Cavalcante mostrou-se surpresa em se estar discutindo sobre o descumprimento de uma lei. “Sinceramente, me causa espécie, parece sul real que estejamos aqui discutindo sobre o cumprimento ou não de uma lei. Não tem cabimento. Lei é lei. É para ser cumprida. A postura de resistência dos bancos ao cumprimento dessa lei é uma afronta ao Estado Democrático de Direito”, argumentou.

Por sua vez, Duarte Júnior corroborou com a linha de argumentação da promotora, acrescentando que há súmulas do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de nº 297 e 479 que

amparam e fundamentam o conteúdo da Lei nº 10.605/17. “Na verdade, estamos vivendo uma era de recessão de direitos. Hoje, no Brasil, argumenta-se a crise econômica para se negar e tirar direitos históricos dos trabalhadores. Se os bancos divergem da lei, pois que acionem os mecanismos jurídicos para revogá-la. O que vemos, claramente, é uma clara intenção dos bancos em procrastinar o seu cumprimento”, frisou.

Duarte Júnior anunciou que o PROCON vai ingressar com uma Ação Civil Pública (ACP) em conjunto com o Ministério Público Estadual cobrando o cumprimento da lei por parte dos bancos. “Vamos pedir que as multas que aplicamos pelo descumprimento da lei sejam inscritas na dívida pública”, acrescentou.

ENCAMINHAMENTOS

Ao final, foram deliberados os seguintes encaminhamentos:

- a) Inscrever as multas aplicadas na dívida ativa do Estado do Maranhão;
- b) entrar com uma representação no Ministério Público cobrando o cumprimento da lei;
- c) abrir um amplo diálogo com todos os atores envolvidos em sua aplicação;
- d) o MPE e o PROCON buscarem um entendimento sobre a melhor estratégia de ajuizar a Ação Civil Pública.

Fonte: AL/MA



Vigilantes de Petrópolis comemoram aprovação do PL Vigilante 24h



Vigilantes lotaram a câmara para votação do PL 24 HRS

Foi votado na Câmara de Vereadores, o projeto de lei de iniciativa do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis/RJ, que obriga a permanência de vigilantes nas agências bancárias 24 horas/dia e em todo o sistema financeiro. Isso significa a geração de novos postos de trabalho na cidade e fortalecimento da categoria.

A votação contou com a presença maciça da categoria e surtiu efeito positivo, pois foi aprovada por unanimidade. O presidente do Sindicato de

Petrópolis e diretor da CNTV, Adriano Linhares, comemorou mais esta conquista: “Convocamos a base e eles por entender a importância deste projeto para a categoria, se fizeram presentes ajudando a pressionar os parlamentares, fato que foi determinante para a aprovação do projeto. Agora vamos cobrar a sanção e que a iniciativa seja colocada em prática”, finalizou Linhares.

Fonte: CNTV

Vigilantes de Feira de Santana/BA cobram que Lei da Vigilância 24h seja colocada em Prática

O sindicato de Feira de Santana/BA esteve na manhã do dia 30 de novembro, na câmara de vereadores e no Procon cobrando o cumprimento da lei que obriga os bancos a contratar vigilantes 24 Horas inclusive sábados, domingos e feriados.

Saíram de lá com a promessa de que os órgãos citados estariam se empenhando para ajudar no cumprimento da legislação.

Fonte: CNTV



vigilantes de Feira de Santana/BA

Visita às Bases

SINDFORTE-RN, esteve presente na manhã de hoje na frente da empresa Preserve conversando com os trabalhadores e informando sobre os últimos acontecimentos no seguimento da segurança privada no âmbito Nacional, foi debatido também a retirada de direitos da classe trabalhadora com a reforma trabalhista.

O sindicato reafirmou para os trabalhadores a importância da união entre os trabalhadores e sindicato, pois sem isso, não há avanço.

Fonte: CNTV



Vigilante de licença médica atua como juiz do Campeonato Baiano e é demitido por justa causa



Um trabalhador, contratado como vigilante em uma empresa, apresentou atestado médico de 15 dias no dia 16 de março de 2016 em razão de uma artrose no joelho. Porém, ele acabou demitido por justa causa por não exatamente descansar durante o período. O homem atuou como árbitro de futebol no Campeonato Baiano na partida entre Flamengo de Guanambi e Vitória, na cidade de Guanambi, pelo Campeonato Baiano. A partida aconteceu em 19 de março de 2016, portanto, dentro do período que deveria estar em repouso. O trabalhador entrou com uma ação na Justiça do Trabalho questionando a justa causa indenização.

A empresa se defendeu alegando que promoveu a dispensa por justa causa porque o autor estava de licença médica com salário pago às suas custas. Em sua decisão, o juiz da 20ª Vara do Trabalho de Salvador, Hugo Nunes de Moraes, entendeu que o vigilante promovia outra atividade profissional, que era incompatível com a recomendação médica. “A atividade de árbitro de futebol demanda grande esforço físico, o profissional precisa ter preparo de atleta, inclusive passa por testes de aptidão física, sendo absolutamente incompatível com o atestado médico apresentado à época”, afirma. Assim, o magistrado declarou válida a dispensa por justa causa aplicada pela empresa.

A decisão, que foi alvo de recurso por parte do vigilante, foi confirmada pelos desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT5-BA).

O recurso foi julgado no último dia 21 de novembro e teve como relator o desembargador Norberto Frerichs. BN

Fonte: TRT 5ª Região

Juiz não aplica reforma trabalhista, diz que ela é inconstitucional e reverte demissão em massa



Ao não aplicar a reforma trabalhista, que entrou em vigor no último dia 11, o **juiz Elízio Perez, de São Paulo (SP)** reverteu a demissão em massa de mais de 100 funcionários de um grupo hospitalar da capital paulista. O pedido foi feito pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que ajuizou ação civil pública em outubro após denúncias de que as dispensas em massa, sem negociação coletiva com o sindicato da categoria, teriam sido causadas por um processo de terceirização ilícita.

De acordo com o MPT, ao todo, os hospitais demitiram, em setembro, 68 fisioterapeutas e 62 empregados de outras categorias, e terceirizaram todo o setor de fisioterapia. Para o órgão, a dispensa foi abusiva por ter sido realizada sem negociação coletiva prévia. E, mesmo que a nova Lei da Terceirização autorize a contratação de profissionais para realizar a atividade-fim da empresa, a legislação não autoriza a modificação unilateral de contratos de trabalho, caso de demissões em massa, segundo o MPT.

Em decisão liminar da última quinta-feira (23), Perez, da 41ª Vara do Trabalho de São Paulo, não aplicou a nova lei trabalhista na análise do caso. Pelo recém-criado artigo 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), “as dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas, equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação”.

Perez embasou sua decisão na Constituição Federal (CF), que protege o empregado de dispensas arbitrárias, sob o argumento de que “não é dado ao legislador ordinário legislar em sentido diametralmente oposto às regras constitucionais”. Pelo fato de a CF ser considerada a maior lei no direito brasileiro, ela estaria acima da lei trabalhista que começou a valer em novembro.

“Essa situação não é admitida pelo nosso ordenamento jurídico, que alberga o princípio de vedação ao retrocesso social, do qual decorre a impossibilidade de redução dos direitos sociais trabalhistas previstos no artigo 7º da CF, assim como deve observar o valor social do trabalho e a dignidade da pessoa humana como fundamentos do Estado Democrático e como princípios orientadores da atividade econômica”, anotou a procuradora Elisiane dos Santos, responsável pelo caso.

O magistrado declarou o cancelamento das demissões em massa realizadas em setembro, além de determinar a reintegração dos empregados até o próximo 4 de dezembro. Caso o grupo hospitalar realize nova dispensa sem negociação prévia com o sindicato da categoria, está sujeita a multa diária de R\$ 50 mil por trabalhador prejudicado.

Fonte: DCM

Em propaganda milionária para aprovar o fim da aposentadoria, Temer mente aos trabalhadores e às trabalhadoras

Governo já gastou R\$ 171 milhões em propaganda enganosa para aprovar fim da aposentadoria e não explica o verdadeiro privilégio: Temer, que se aposentou aos 55 anos



O golpe contra os trabalhadores e as trabalhadoras só vai terminar quando a população tirar do governo a turma que usurpou a Presidência da República. Todos os dias a sociedade fica sabendo de um novo saque aos cofres públicos e um novo ataque aos direitos da classe trabalhadora. A notícia negativa desta quinta-feira (30) é que, aprovar a nova

proposta de Reforma da Previdência, o governo do ilegítimo e golpista Temer decidiu liberar mais R\$ 72 milhões de reais em propaganda para convencer a população a concordar com a proposta que, entre outras maldades, vai reduzir o valor do benefício, especialmente dos trabalhadores e das trabalhadoras que ganham menos e passam mais tempo desempregadas,

sem carteira assinada e sem direitos, portanto, sem contribuir com o INSS. Ele já havia gasto R\$ 92 milhões com o mesmo objetivo quando tentou aprovar a primeira proposta e não conseguiu por causa da rejeição da população ao desmonte da Previdência, como apontou pesquisa CUT-Vox Populi.

“É uma farrá publicitária”, diz o secretário de Comunicação da CUT, Roni Barbosa, sobre os R\$ 171 milhões de dinheiro do povo que Temer está torrando em publicidade enganosa.

As peças publicitárias dizem que o objetivo da reforma é combater os “privilégios” porque “tem muita gente no Brasil que trabalha pouco, ganha muito e se aposenta cedo”, acrescenta o presidente da CUT, Vagner Freitas, que critica mais essa mentira do governo.

“É um verdadeiro 7 x 1 diário. As propagandas nada mais são do que outro engodo de Temer, mais uma mentira deslavada de um governo ilegítimo e corrupto, que só apresentou propostas de retirada de direitos sociais e trabalhistas desde que assumiu no ano passado”, reage Vagner.

“Se o governo quisesse mesmo cortar privilégios, começaria cortando benefícios como o de Temer, que se aposentou aos 55 anos e ganha mais de R\$ 30 mil por mês”, argumenta Vagner, lembrando que, com a reforma Trabalhista já em vigor, muitos brasileiros não conseguirão se aposentar porque terão subempregos, serão contratados sem carteira assinada, como terceirizados ou trabalhadores intermitentes.

Para o diretor do Instituto Vox Populi, Marcos Coimbra, a “Reforma da Previdência não é assunto de propaganda. É algo para ser discutido

democraticamente e com profundidade, incluindo toda a sociedade, e, sobretudo, por um governo eleito democraticamente pelo voto popular e não por um golpista, como bem disse Vagner ontem em Brasília”.

“O governo Federal está fazendo propaganda enganosa. Os grandes absurdos da Previdência Social brasileira, como, por exemplo, a aposentadoria dos juizes, que se aposentam com privilégios estratosféricos, não estão sendo alterados nessa reforma”, diz Coimbra.

O diretor Executivo da CUT, Júlio Turra, também reagiu de forma indignada. Para ele, o governo fazer propagandas que escondem que os trabalhadores e as trabalhadoras terão perdas enormes como vimos na matéria “Temer quer aprovar novas e perversas regras na aposentadoria” -, publicada no site da CUT esta semana “é um escândalo. Um absurdo”.

“O governo está gastando dinheiro público para atacar o direito dos trabalhadores à aposentadoria, além de mentir descaradamente nessa propaganda enganosa”.

É por isso essa e outras que as CUT e demais centrais convocaram uma greve nacional para o dia 5 de dezembro, diz Vagner.

“Só a mobilização popular, a ocupação das ruas e uma ampla mobilização vai fazer os deputados recuarem e não aprovarem mais essa perversidade contra a classe trabalhadora”, alerta o dirigente que conclama a sociedade para aderir a luta que é pela aposentadoria de quem está no mercado de trabalho e de quem vai entrar no futuro.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF